

**PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS
DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO
A ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL TÉCNICO
EM UNIDADES E ÓRGÃOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

DIREITO

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

Conteúdo	Nº de questões
POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS	10
CONTEÚDOS ESPECÍFICOS PARA O CURSO	30

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

"Cansei-me de ser moderno. Quero ser eterno."

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita** e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA **NÃO** ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

POLÍTICAS PÚBLICAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

01. As competências do Sistema Único de Saúde (SUS) estão definidas no artigo 200 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e incluem, entre outras, a:
- (A) colaboração na proteção do meio ambiente
 - (B) elaboração centralizada da política de saneamento básico
 - (C) exclusividade na formação de recursos humanos na área da saúde
 - (D) delegação à iniciativa privada do desenvolvimento científico e tecnológico
02. Um usuário buscou na internet uma unidade básica de saúde para receber a vacina contra a Covid-19. Ele foi atendido pelo agente comunitário e, após checagem para conferir se estava apto a receber a vacina, foi encaminhado à sala de vacinação. Depois de ser vacinado, foi orientado sobre a unidade básica de saúde de referência de seu endereço residencial, para que a equipe de saúde responsável pudesse realizar seu cadastro. As duas ações descritas – acolhimento e referenciamento – tratam, respectivamente, os seguintes princípios do SUS (artigo 7º da Lei nº 8.080/1990):
- (A) integralidade de assistência e igualdade de assistência
 - (B) participação da comunidade e capacidade de resolução dos serviços
 - (C) universalidade de acesso e regionalização da rede de serviços de saúde
 - (D) utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades e direito à informação
03. Conforme artigo 1º da Lei nº 8.142/1990, a representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências, em relação ao conjunto dos demais segmentos será:
- (A) paritária
 - (B) minoritária
 - (C) majoritária
 - (D) inexistente
04. Conforme o artigo 18 da Lei nº 8.080/1990, a execução de serviços de vigilância epidemiológica, de vigilância sanitária, de alimentação e nutrição, de saneamento básico, de saúde do trabalhador e de saúde bucal, compete:
- (A) à direção estadual do SUS
 - (B) à direção nacional do SUS
 - (C) à direção municipal do SUS
 - (D) ao Conselho Nacional de Saúde
05. Durante o mês de setembro, foram realizadas em uma unidade básica de saúde, algumas atividades com os usuários, destinadas à prevenção do suicídio e à valorização da vida, como parte da campanha do "Setembro Amarelo". O quadro descrito expressa:
- (A) uma atividade específica das políticas e programas de saúde do trabalhador, no campo da saúde mental
 - (B) um dos objetivos do SUS, através da assistência às pessoas por intermédio de atividades preventivas
 - (C) a importância das ações de reabilitação no SUS integradas ao cenário epidemiológico da localidade
 - (D) um dos campos de atuação do SUS, por meio da assistência social e farmacêutica integral
06. A Lei nº 8.080/1990 estabelece, entre outras medidas, que: (I) os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam; (II) os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação. Os itens I e II se referem, respectivamente:
- (A) às diretrizes do SUS e à gestão financeira do SUS
 - (B) à organização nacional do SUS e à gestão administrativa do SUS
 - (C) à organização, direção e gestão administrativa do SUS e às diretrizes do SUS
 - (D) à organização, direção e gestão administrativa do SUS e à gestão financeira do SUS
07. É CORRETO afirmar sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) que:
- (A) a assistência à saúde no SUS é proibida à iniciativa privada
 - (B) o SUS não prevê a admissão de agentes comunitários de saúde
 - (C) o SUS tem como uma de suas diretrizes a centralização em cada esfera de governo
 - (D) as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada
08. Modalidade de prestação de serviços de saúde a distância, por meio da utilização das tecnologias da informação e da comunicação, que envolve, entre outros, a transmissão segura de dados e informações de saúde, por meio de textos, de sons, de imagens ou outras formas adequadas. De acordo com a Lei nº 8.080/1990, essa definição refere-se a:
- (A) telessaúde
 - (B) interconsulta
 - (C) consulta de pré-natal
 - (D) atendimento domiciliar

09. Conforme o artigo 4º da Lei nº 8.142/1990, para receberem os recursos para cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados, os Municípios, Estados e o Distrito Federal deverão contar, entre outras exigências, com: I: Fundo de Saúde; II: Conselho de Saúde; III: plano de saúde; IV: relatórios de gestão. Estão **CORRETAS** as sentenças:
- (A) I, II e III
 - (B) I, II e IV
 - (C) II, III e IV
 - (D) I, II, III e IV
10. Sobre o Conselho de Saúde, de acordo com o artigo 1º da Lei nº 8.142/1990, é correto afirmar que:
- (A) é um órgão colegiado de caráter permanente e deliberativo
 - (B) é composto apenas por representantes do governo e usuários
 - (C) reúne-se a cada quatro anos para avaliar a situação de saúde
 - (D) atua na execução da política de saúde na instância correspondente

DIREITO

11. A partir do século XXI, a doutrina constitucionalista passou a difundir o neoconstitucionalismo, também conhecido por constitucionalismo pós-moderno ou pós-positivismo, que tem como um dos marcos fundamentais teóricos a força normativa. Sobre o neoconstitucionalismo, é correto afirmar, **EXCETO**:
- (A) busca a eficácia da Constituição, substituindo o caráter meramente retórico pelo compromisso com a efetividade
 - (B) pode ser considerado como uma ferramenta para a implantação de um Estado Democrático Social de Direito
 - (C) o texto constitucional fica restrito à limitação do poder político
 - (D) busca a concretização dos direitos fundamentais
12. Reforma Constitucional é a modificação do texto constitucional por meio de mecanismos definidos pelo poder constituinte originário, alterando, suprimindo ou acrescentando artigos ao texto constitucional. Tais mecanismos são formalmente chamados de:
- (A) decretos-lei
 - (B) leis ordinárias
 - (C) leis complementares
 - (D) emendas constitucionais
13. Considerando o previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no que diz respeito à emenda constitucional, é **INCORRETO** afirmar que:
- (A) a proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros
 - (B) não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a separação dos Poderes, os direitos e garantias individuais a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico
 - (C) a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio
 - (D) emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem
14. A respeito dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar:
- (A) é livre a manifestação do pensamento, sendo protegido o anonimato
 - (B) é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, exceto em meios digitais
 - (C) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional
 - (D) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, inclusive aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado
15. Em relação à atuação do administrador público, há situações em que o regramento não atinge todos os aspectos da atuação, de forma que a lei permite margem de liberdade de decisão diante do caso concreto, de maneira que a autoridade pública, considerando determinados critérios, dentre eles, a oportunidade, equidade, justiça e conveniência, pode optar por uma dentre as várias soluções possíveis. Nesses casos, a autoridade utilizará de poder:
- (A) vinculado
 - (B) de polícia
 - (C) hierárquico
 - (D) discricionário
16. Considere hipoteticamente, que um Edital de Pregão Eletrônico foi divulgado e no texto constava a exigência de que, logo após a etapa de lances, ao primeiro classificado seria concedido o tempo de 30 minutos para disponibilizar a amostra do bem licitado na sede do órgão público responsável pela realização da licitação. Nesse caso, seria **CORRETO** afirmar que há violação ao princípio:
- (A) da razoabilidade
 - (B) da transparência
 - (C) do planejamento
 - (D) da impessoalidade

17. Autoexecutoriedade do ato administrativo permite que a Administração Pública execute seus atos sem necessidade de prévia autorização judicial, fundamentada na necessidade de resguardar o interesse público. Quanto ao atributo de autoexecutoriedade do ato administrativo, é **CORRETO** afirmar:
- (A) somente pode ser verificada quando expressa previsão legal e em caso de medida urgente, objetivando evitar lesão maior ao interesse público
 - (B) pressupõe impossibilidade de controle externo pelo Poder Judiciário
 - (C) impõe que os atos administrativos são presumidamente verdadeiros
 - (D) está presente em todos os atos administrativos
18. Em 1948, a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas aprovou o projeto de Declaração Universal dos Direitos Humanos perante a Assembleia Geral. Este documento pode ser considerado como o ápice do reconhecimento da igualdade entre os povos e os indivíduos. Acerca da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é **CORRETO** afirmar:
- (A) dentre os principais direitos humanos não se incluem o direito à moradia e à terra
 - (B) representou a elevação dos ideais da Revolução Francesa (Liberdade, Igualdade e Fraternidade) a um nível de validade universal
 - (C) foi redigida no contexto do final da Primeira Guerra Mundial, quando os crimes e atrocidades cometidos contra as vítimas da guerra começaram a vir à público
 - (D) atualmente, não há grandes desafios em garantir a efetivação desses direitos nas situações concretas, uma vez que não há no mundo moderno, violação dos direitos humanos
19. Considerando a repartição de competências instituída pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa **CORRETA** :
- (A) a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados
 - (B) a competência para organizar o sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões pertence aos Estados, Distrito Federal e Municípios
 - (C) a competência para legislar sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação é concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal
 - (D) a competência para exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão é privativa da União
20. Sabe-se que, conceitualmente, em termos de gestão, uma organização possui três níveis: estratégico, ocupado pela presidência e diretoria; tático, ocupado pela gerência; e operacional, ocupado por todos aqueles que não estão nos dois primeiros níveis. Considerando os três níveis mencionados, é **INCORRETO** afirmar que:
- (A) no nível operacional incluem-se apenas as pessoas que trabalham na indústria, operando equipamentos, sob supervisão
 - (B) no nível tático, também denominado de intermediário, estão os gerentes cuja visão do negócio (habilidades conceituais) deve ser mais intensa do que o domínio de habilidades técnicas
 - (C) as habilidades técnicas são mais específicas do nível operacional, o que não exclui a necessidade de que os demais níveis tenham domínio sobre questões técnicas envolvidas no processo
 - (D) em todos estes níveis, é necessário que o profissional domine habilidades conceituais, humanas e técnicas
21. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, previstos na Constituição Federal de 1988, dentre outros:
- (A) garantir o desenvolvimento nacional e promover a não intervenção
 - (B) promover o bem de todos e a autodeterminação dos povos
 - (C) construir uma sociedade livre, justa e solidária e erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais
 - (D) buscar a solução pacífica dos conflitos e a defesa da paz
22. À "toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas sob regime jurídico total ou parcialmente público", podemos chamar de:
- (A) bem público
 - (B) serviço público
 - (C) poder de polícia
 - (D) contrato administrativo
23. Assinale a opção **INCORRETA** em relação ao controle da Administração Pública:
- (A) o controle administrativo é o poder de fiscalização e correção que a Administração Pública (em sentido amplo) exerce sobre sua própria atuação
 - (B) a Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos
 - (C) o controle sobre as entidades da Administração Indireta somente pode ser exercido nos limites estabelecidos em lei, sob pena de ferir a autonomia que lhes é conferida pela lei que as instituiu
 - (D) abrange os órgãos da Administração Direta e as pessoas jurídicas que integram a Administração Indireta, exceto pelas empresas públicas, não sujeitas ao controle de sua atuação

24. Quanto às fontes do Direito Administrativo, segundo a doutrina majoritária, marque a alternativa **CORRETA**:
- (A) são fontes primárias do Direito Administrativo os princípios gerais de direito, a jurisprudência, a lei e os atos normativos da administração
 - (B) a jurisprudência é classificada como fonte indireta do Direito Administrativo
 - (C) a Constituição, a lei e os costumes são classificados como fontes diretas
 - (D) a jurisprudência é uma fonte primária do Direito Administrativo
25. A teoria do ato administrativo envolve conceitos lógico-jurídicos, como o conceito de norma jurídica, existência, validade e eficácia, e jurídico-positivos, como a inafastável submissão ao controle jurisdicional. Nesse sentido, é **CORRETO** afirmar:
- (A) o ato administrativo que apresente vício na forma poderá ser alvo de convalidação se não houver lesado interesse público nem prejudicado terceiro
 - (B) os atos praticados por agentes em situação de usurpação pública são inválidos
 - (C) os atos administrativos praticados por um servidor público do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul investido irregularmente em um cargo público devem ser considerados inexistentes
 - (D) o princípio da tutela encerra à Administração Pública a prerrogativa de anular seus atos inválidos e revogar os inoportunos e inconvenientes
26. A Administração Indireta pode ser estruturada por meio da:
- (A) instituição de pessoas jurídicas com personalidade jurídica própria, vinculadas hierarquicamente à administração centralizada
 - (B) instituição de pessoas jurídicas com personalidade jurídica própria, todas criadas por lei
 - (C) instituição de pessoas jurídicas de diversas naturezas, que não guardam vínculo hierárquico com a administração direta
 - (D) criação de órgãos integrantes de sua estrutura, vinculadas hierarquicamente à administração centralizada
27. Considerando as disposições sobre o controle da Administração Pública, assinale a alternativa **CORRETA**:
- (A) proposta ação judicial anulatória, não se admite o exercício da autotutela sobre os atos administrativos
 - (B) quanto ao órgão que exerce o controle, há o controle legislativo, judicial e administrativo
 - (C) a fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública Federal, sob os aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade, integra o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas da União
 - (D) se inconveniente e inoportuno, de forma excepcional, o Poder Judiciário poderá anular um ato administrativo
28. No estudo dos bens públicos e de suas garantias, pode-se afirmar **CORRETAMENTE** que as praças públicas se classificam como:
- (A) bens de uso comum do povo, que são imprescritíveis
 - (B) bens de uso comum do povo, que são alienáveis
 - (C) bens de uso especial, que são inalienáveis
 - (D) bens dominicais, que são impenhoráveis
29. Com relação às regras constitucionais aplicadas aos agentes públicos e seus cargos, empregos e funções públicas, é **CORRETO** afirmar que:
- (A) as funções de confiança e os cargos em comissão, além de chefia, direção e assessoramento, podem ser destinadas a atribuições que a Administração julgar pertinentes para o atendimento dos interesses públicos
 - (B) não é permitida a acumulação remunerada de dois cargos públicos de professor, mesmo quando houver compatibilidade de horários
 - (C) são incompatíveis os empregos públicos de entidades da Administração Indireta, regra que não se aplica às funções públicas
 - (D) a remuneração dos servidores públicos não pode ser vinculada ao aumento do salário mínimo
30. Tendo em vista os princípios do Direito Administrativo, marque o item **INCORRETO** :
- (A) não se confundem motivo e motivação do ato. Motivação é a exposição dos motivos, ou seja, é a demonstração, por escrito, de que os pressupostos de fato realmente existiram
 - (B) em função do princípio da impessoalidade, a Administração deve manter-se numa posição de neutralidade (imparcialidade), estando proibida de estabelecer discriminações gratuitas. As discriminações somente são possíveis em razão do interesse coletivo, uma vez que as gratuitas implicam abuso de poder e/ou desvio de finalidade
 - (C) o princípio da publicidade impõe a divulgação e a exteriorização dos atos do Poder Público, inclusive quanto ao tratamento de dados pessoais que poderá ser realizado livremente para o atendimento de sua finalidade pública, sem qualquer exigência
 - (D) para alcançar a proporcionalidade, uma conduta deve ser: i) adequada: o meio utilizado deve ser o correto, em vista do fim que se deseja alcançar. O meio deve ser apto a atingir o fim a que se destina; ii) necessária/ exigibilidade: a conduta deve ser a menos gravosa em relação aos bens envolvidos; iii) proporcionalidade em sentido estrito: as vantagens devem superar as desvantagens; deve haver compatibilidade e equilíbrio entre os danos e as vantagens

31. As atividades exclusivas do Estado, quando não houver a necessidade de exercício do poder de polícia, devem ser delegadas aos particulares, por meio da concessão e permissão de serviços públicos. Sobre o tema, é **CORRETO** afirmar que:
- (A) a prestação de serviços públicos de transporte coletivo sob o regime de permissão prescinde de licitação, que é exigida apenas para a modalidade de concessão
 - (B) declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de sessenta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa
 - (C) as permissões de serviços públicos podem ser formalizadas mediante atos administrativos
 - (D) na permissão de serviços públicos ocorre a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco
32. As formas de Governo dizem respeito ao conjunto das instituições pelas quais o Estado exerce seu poder sobre a sociedade e, principalmente, o modo como o Chefe de Estado é escolhido. Com base nessa afirmativa, assinale a alternativa **CORRETA**:
- (A) a soberania não é um fundamento da República
 - (B) a República é considerada uma forma de Estado
 - (C) a forma republicana de governo não foi contemplada como cláusula pétrea na atual Constituição
 - (D) erradicar a pobreza é um fundamento da República
33. Segundo a nossa Constituição atual, é da competência exclusiva do Congresso Nacional:
- (A) autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar
 - (B) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles
 - (C) dispor sobre criação e extinção de Ministérios e órgãos da Administração Pública
 - (D) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado
34. Acerca do conceito, do objeto, dos elementos e da classificação das constituições, assinale a opção **CORRETA**:
- (A) a constituição é, na visão de Ferdinand Lassalle, uma decisão política fundamental e, não, uma mera folha de papel
 - (B) para Carl Schmidt, o objeto da constituição são as normas que se encontram no texto constitucional, não fazendo qualquer distinção entre normas de cunho formal ou material
 - (C) como, no Brasil, a Constituição Federal admite mudança por meio de emenda à constituição, respeitados os limites por ela impostos, ela é considerada semirrígida
 - (D) o dispositivo constitucional que arrola os princípios gerais da atividade econômica, como o da propriedade privada e sua função social, é considerado elemento sociológico da constituição, revelador do compromisso de um Estado não meramente individualista e liberal
35. Conforme a doutrina constitucionalista, o poder constituinte pode ser conceituado como poder de elaborar - e neste caso será originário - ou atualizar uma Constituição, mediante supressão, modificação ou acréscimo de normas constitucionais - sendo nesta última situação derivado do originário. Nesse sentido, o Poder Constituinte Reformador:
- (A) é, por definição, limitado e condicionado pelo Poder Constituinte Originário
 - (B) não tem limites materiais desde que se preveja conjuntamente, na redação da proposta de emenda, revisão de conteúdo das próprias cláusulas pétreas
 - (C) tem limites materiais explícitos encontrados na proteção dos direitos e garantias individuais, mas não encontra fundamento nos limites materiais implícitos
 - (D) não tem limites materiais encontrados na proteção dos direitos e garantias individuais, que se encontram ao longo de toda a Constituição, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal
36. De acordo com o art. 5º da Constituição Federal, é **INCORRETO** afirmar:
- (A) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar
 - (B) é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem
 - (C) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, salvo nos casos previstos na Constituição
 - (D) homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição

37. João, advogado especialista em Direito Constitucional, propôs um modelo de Constituição dividido em três seções distintas: a primeira seção seria totalmente fixa e inalterável; a segunda seção poderia ser modificada, mas somente através de um processo legislativo mais rigoroso do que o normalmente usado para leis comuns; e a terceira seção poderia ser alterada usando o mesmo processo legislativo aplicado às leis ordinárias. Com base na classificação tradicional das Constituições, a apropriada para uma Constituição com características descritas acima é:
- (A) rígida
 - (B) flexível
 - (C) fortalecida
 - (D) semirrígida
38. Analisando os critérios de classificação das constituições quanto à sua origem, estabilidade e conteúdo, podemos classificar a Constituição Federal brasileira de 1988 da seguinte maneira:
- (A) promulgada, semirrígida e sintética
 - (B) promulgada, rígida e analítica
 - (C) outorgada, semirrígida e analítica
 - (D) outorgada, rígida e sintética
39. Analise as afirmativas a seguir:
1. O princípio da máxima efetividade orienta que uma norma constitucional deve ser interpretada de maneira a maximizar sua eficácia e amplitude
 2. O princípio da unidade da Constituição exige dos intérpretes que busquem soluções harmoniosas para potenciais conflitos entre diferentes disposições do texto constitucional
 3. O princípio da concordância prática ou harmonização visa a otimizar a convivência de normas constitucionais que possam parecer conflitantes, priorizando um equilíbrio entre elas
- Assinale a alternativa **CORRETA**:
- (A) todas as afirmativas estão corretas
 - (B) somente as afirmativas 1 e 2 estão corretas
 - (C) somente a afirmativa 3 está correta
 - (D) somente as afirmativas 2 e 3 estão corretas
40. Em relação à organização político-administrativa do Brasil, é **CORRETO** afirmar:
- (A) indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios
 - (B) indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
 - (C) dissolúvel dos Estados, dos Municípios e dos Territórios
 - (D) indissolúvel dos Estados e dos Municípios